

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO Reforma administrativa blindava servidores	3
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SERVIDOR PÚBLICO Relator de reforma para servidor mantém estabilidade	4
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO Segue impasse sobre precatório	6
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SERVIDOR PÚBLICO Orçamento de 2022 é enviado sem Bolsa Família turbinado	8
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SERVIDOR PÚBLICO Orçamento eleva pressão por solução para precatórios	12
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO Relator mantém estabilidade, mas amplia temporário e preserva juiz	13
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Salário mínimo vai a R\$ 1.169	14
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL Agências do INSS passam a ter supervisão de atendimento presencial	16
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Os bons resultados da arrecadação (Editorial)	18
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Governo perde apoio no Congresso - BRASÍLIA - DF	19
FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA A gasolina, a inflação e a desigualdade social (Editorial)	21
VALOR ONLINE - BOLSAS E ÍNDICES REFORMA TRIBUTÁRIA PIB do Brasil e energia mais cara pautam humor do mercado brasileiro	22
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Desconto por economia sairá do bolso dos consumidores	23
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Nike dá semana de folga para 'priorizar saúde mental'	24
VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS BrasilAgro pagará dividendo recorde	25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Precatórios na berlinda 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Sobretaxa cobrada na conta de luz sobe 49,6% 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Pandemia: empobrecendo os mais pobres e enriquecendo os mais ricos (Artigo) 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Inflação e fiscal - ANTONIO DELFIM NETTO 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Presidente propõe fundo eleitoral para 2022 de R\$2,1 bilhões 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Risco de racionamento vai a 10% e deve pressionar mais a inflação, diz Itaú 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Dívida pública tem 5ª queda seguida e vai a 83,8% do PIB 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Ataques do governo desorganizam movimento empresarial que já era frágil 36

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Limitar precatórios não passa de "contabilidade criativa" (Editorial) 39

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Precariedade e salários baixos reduzem desemprego no 2º tri 40

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Governo se mobiliza contra um manifesto de conciliação (Editorial) 41

Reforma administrativa blindará servidores

» *Israel Medeiros*

O relator da reforma administrativa, deputado Arthur Maia (DEM-BA), decidiu manter no texto a estabilidade de todos os servidores. Desde que o assunto passou a ser discutido na Câmara, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), prometeu que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32 não acabaria com nenhum direito adquirido dos atuais funcionários públicos. Os novos servidores, no entanto, também terão estabilidade garantida, ao contrário do que o governo queria.

Maia apresentou seu parecer ontem. A expectativa é de que o relatório seja lido hoje, às 9h30, na comissão especial que analisa o tema. Ontem, Lira adiantou que concederá pedido de vista - mais tempo para apreciar a proposta - a todos os partidos. A votação no colegiado deve ocorrer entre 14 e 15 de setembro, o que, segundo ele, dará possibilidade de as bancadas estarem a par do texto, podendo, assim, sugerir mudanças.

"É tempo mais do que suficiente para que todas as dúvidas sejam retiradas", disse Lira, em pronunciamento ao lado do deputado Fernando Monteiro (PP-PE), que comanda a comissão especial. O presidente da Câmara ressaltou que, apesar de manter a estabilidade, a proposta traz "atualizações" para tornar o Estado mais "leve" e "moderno" e para que seja possível mensurar a qualidade dos serviços.

Arthur Maia explicou que, além dos direitos adquiridos, há a expectativa de que outros benefícios sejam mantidos. Ele chegou a citar subsídios e gratificações, sem, no entanto, dar mais detalhes. Conforme o parlamentar, servidores só poderão ser demitidos se tiverem uma avaliação de desempenho insuficiente - algo que se aplicará apenas aos novos funcionários.

O relator retirou do texto do Executivo o vínculo de experiência e manteve o estágio probatório, com avaliação a cada seis meses, durante três anos, antes de conseguir a estabilidade no cargo. Outra alteração foi a exclusão do contrato indeterminado. Entre os regimes de contratação, ficam mantidos apenas o tradicional (via concurso público) e o temporário.

Relator de reforma para servidor mantém estabilidade

Danielle Brant

O relator da reforma administrativa, deputado Arthur Maia (DEM-BA), decidiu manter em seu parecer a estabilidade a todos os **servidores públicos**, mas com previsão de demissão de novos entrantes em caso de avaliação de desempenho insuficiente e que contará com a participação do usuário do serviço público.

O relatório foi protocolado na noite desta terça-feira (31). A expectativa é que seja lido em reunião da comissão especial realizada nesta quarta-feira (1º). Será concedida vista do parecer, que deve ser votado no colegiado nos dias 14 e 15 de setembro.

Depois disso, o texto precisa passar pelo plenário da Câmara. Por ser uma PEC (proposta de emenda à Constituição), deve receber o apoio de ao menos 308 deputados em votação em dois turnos. Depois, segue para o Senado, onde precisa de ao menos 49 votos, também em dois turnos.

Segundo Maia, sua intenção foi preservar direitos adquiridos. "Nós estamos mantendo a estabilidade de todos os **servidores públicos**", afirmou. "Afinal de contas, o que é estabilidade? A estabilidade é você não poder demitir ninguém de maneira imotivada."

Ele fez um paralelo com os trabalhadores do setor privado, que podem ser demitidos a qualquer momento. "Escrevemos um relatório em que qualquer tipo de demissão estará submetida, antes de qualquer coisa, à avaliação de desempenho", ressaltou.

"Portanto, só a avaliação de desempenho insuficiente poderá ensejar a demissão de um servidor. Embora se diga que essa avaliação não vale para aqueles que já estão no serviço público, é para os novos entrantes."

Ele disse que a PEC já traz elementos sobre a avaliação de desempenho, que será regulamentada em lei posterior. Em tese, ressaltou o relator, a legislação teria que ser de iniciativa do Executivo, mas a decisão foi a de colocara iniciativa nas mãos do Congresso.

Maia afirmou que uma das preocupações no debate sobre a avaliação de desempenho foi evitar que os servidores sofram perseguição política. O relator

indicou que a avaliação ocorrerá em plataforma digital e contará com a participação do usuário do serviço público.

"Ele poderá entrar no site para dar a sua opinião sobre o serviço que está lhe sendo prestado, seja pela professora do seu filho, seja pelo atendimento que ele teve quando foi tirar uma carteira de habilitação", disse.

"A avaliação tem que haver. Se o professor da escola particular é avaliado, inclusive se ele é ideológico, o da escola pública será avaliado inclusive se ele é ideológico."

Maia retirou dois tipos de vínculo previstos na PEC original: o por prazo indeterminado e de experiência. "Houve uma resistência muito grande a esse vínculo de experiência. O sujeito era contratado e não sabia se ficava ou não. Tiramos o vínculo de experiência e mantivemos o que já existe hoje, que é o estágio probatório", afirmou.

No entanto, em vez de uma avaliação ao final de três anos, haverá seis avaliações semestrais para quem for aprovado em um concurso público. Só depois será conquistado direito à estabilidade.

De acordo com o parecer, benefícios como licença-prêmio, promoção por tempo de serviço e férias superiores a 30 dias serão extintos para os futuros servidores.

Maia manteve a possibilidade de contratos temporários, que já são utilizados por prefeituras. "Haverá uma seleção simplificada nas prefeituras por um prazo. Ao longo desse contrato, ele não pode ser demitido sem a avaliação de desempenho", disse.

Esse contrato, pelo prazo de dez anos, não será permitido para funções exclusivas de Estado. "Elevai estar submetido à avaliação de desempenho. Se não for satisfatória, poderá haver uma demissão", disse. Eles terão férias, 13º salário e adicional noturno e poderão contribuir para a aposentadoria por regime geral da Previdência ou pelo regime próprio dos municípios.

Maia exemplificou como carreiras que "sem dúvida" são típicas de Estado diplomatas, policiais e fiscais de

tributos e disse que outras ficam numa "zona cinzenta", como procuradores e outros de carreiras jurídicas, mas que foram incluídos como carreiras típicas também. Professores e médicos, no entanto, ficariam de fora.

O contrato temporário foi criticado pelo presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, deputado professor Israel Batista (PV-DF).

"Eu acredito que a manutenção da estabilidade para os atuais e os futuros servidores é uma vitória importante. O fim do vínculo de experiência no texto também é importante para nós", disse. "Agora nos preocupa uma possibilidade de farra dos contratos temporários. Isso a gente não quer. Senão é uma falsa vitória, uma vitória de Pirro."

Ele demonstrou preocupação com o uso desse tipo de contrato com professores e médicos. Batista disse ainda que vai tentar regulamentar a avaliação de desempenho para que não seja persecutória. "Queremos uma que seja vinculada à gestão do serviço público!"

A PEC da reforma administrativa passou pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara em maio. O projeto original proibia progressões automáticas de carreira, como as gratificações por tempo de serviço, e criava mais restrições para acesso ao serviço público.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Segue impasse sobre precatório



Ministro Luiz Fux (C) recebeu Arthur Lira (E) e Rodrigo Pacheco no CNJ para discutir como será feita a quitação dos precatórios

Brasília - O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luiz Fux, reuniu-se ontem com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-AM), para discutir uma solução com o crivo do Judiciário para o pagamento de precatórios pelo governo federal, do qual depende, inclusive o Auxílio Brasil, novo programa social do governo federal. Na semana passada, Fux sugeriu uma fórmula que prevê um teto no Orçamento da União para o ano que vem para o pagamento dos precatórios, que são dívidas do poder público decorrentes de sentenças judiciais inapeláveis. Pacheco afirmou que a ampliação do espaço orçamentário para programas de distribuição de renda é uma "necessidade absoluta" para o país. A declaração foi dada após encontro com Fux e no mesmo dia em que o Executivo encaminhou para o Congresso a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2022 sem mudanças nessa área. (Leia mais na página 10.)

Após o encontro, que ocorreu por solicitação de Lira e Pacheco, na sede do CNJ, em Brasília, Fux disse as conversas estão numa etapa "ainda preliminar, muito embrionária", mas que ele colocou o conselho como "partícipe dessa questão nacional, como mediador". Pela proposta de Fux, o próximo Orçamento para pagar precatórios ficaria limitado ao valor total desse tipo de dívida em 2016, ano de promulgação da emenda constitucional do teto de gastos, corrigido pela **inflação**, em torno de R\$ 40 bilhões. Qualquer quantia acima disso seria parcelada para pagamento em anos posteriores, no que Fux chamou de "microparcelamento". Em 2022, de acordo com o Poder Judiciário, está previsto o pagamento de cerca de R\$ 90 bilhões em precatórios, um aumento de 143% no comparativo com os valores pagos em 2018.

A proposta foi bem recebida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que disse ser "muito interessante" por limitar o pagamento dos precatórios à variação da **inflação**, mesma regra utilizada para

todas as demais despesas sujeitas ao teto de gastos. Segundo ele, técnicos da equipe econômica estão discutindo a proposta de Fux em conjunto com representantes de todos os poderes. De acordo com o ministro da Economia, uma resolução deve ser divulgada nas próximas duas semanas.

A ideia de Fux é regulamentar a questão por meio de uma resolução do CNJ que possua a chancela do STF, que seria editada antes que o Congresso aprove alguma outra iniciativa sobre os precatórios. Na semana passada, o ministro disse que a tendência é que seja considerada inconstitucional qualquer proposta que postergue "a perder de vista" os pagamentos. O tema encontra-se em discussão no Congresso por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) enviada neste mês pelo governo, que deseja adiar o pagamento de precatórios muito altos, abrindo espaço no orçamento para outros gastos.

No início deste mês, o governo federal substituiu o Bolsa-Família pelo Auxílio Brasil, por meio da Medida Provisória 1.061/2021, em tese um programa mais abrangente e com aumento no valor dos benefícios. No entanto, o orçamento reservado para o novo programa é o mesmo destinado ao Bolsa-Família em 2021. A quantidade de famílias atendidas também permanece a mesma.

Rodrigo Pacheco afirmou que a nova política social precisará compensar o impacto da **inflação** crescente que tem se registrado ao longo deste ano. "O Congresso Nacional tem uma premissa: é preciso socorrer as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade no Brasil, com um recurso que tenha um valor e um poder de compra melhor do que hoje, especialmente em razão do aumento do preço das coisas". A fórmula ainda será definida, mas o conceito é inquestionável.

A abertura de espaço fiscal para expandir o Auxílio Brasil depende da negociação entre os poderes para o pagamento dos precatórios. Essa despesa que pode comprometer R\$ 89 bilhões, valor que já foi confirmado pelo STF. O governo pretende parcelar a dívida, o que exigiria a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC). "Como compatibilizar a obrigação de pagar precatórios, que são dívidas constituídas a partir de decisões judiciais transitadas em julgado, com o teto de gastos públicos? E lembrando sempre que, dentro desse teto, há a necessidade de espaço para um programa social. São

três situações que estamos buscando convergir", afirmou Pacheco.

Segundo ele, uma saída possível é modular a decisão do STF com uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que limitaria o valor a ser pago em precatórios em 2022. A aprovação seria mais simples do que a de uma pEc, mas Pacheco explicou que ainda há dúvidas sobre se o CNJ pode agir por iniciativa própria ou se o STF precisa ser provocado sobre o tema antes. Ele afirmou que o assunto ainda precisa "ser amadurecido", inclusive com a participação do Executivo nas negociações.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Ainda ontem, Arthur Lira recebeu o relatório da Proposta de Emenda à Constituição da Reforma Administrativa (PEC 32/20). Ele disse que a proposta não atinge os direitos adquiridos dos atuais **servidores públicos** e adiantou que a estabilidade no emprego será prevista, inclusive, para os futuros servidores. A proposta deve ser votada entre 14 e 15 de setembro na comissão especial. Para Lira, trata-se de uma reforma que visa redesenhar a administração pública brasileira e melhorar os serviços públicos para a população. "Vamos dar um Estado mais leve, mais moderno e que realmente possa mensurar o serviço público dos brasileiros. Não vamos fazer verificação de funcionário, mas, sim, do serviço público", disse Lira.

O relator, Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), explicou que a estabilidade está garantida, de forma que nenhum servidor público atual ou futuro poderá ser demitido de maneira imotivada. Segundo Maia, qualquer demissão estará submetida à avaliação de desempenho do servidor. O parlamentar destacou que, embora uma lei futura vá regulamentar os pontos da avaliação de desempenho, a PEC já estabelece algumas orientações. Entre elas estão a que prevê que essa avaliação seja feita em plataforma digital, bem como tenha a presença de um usuário do serviço para dar a opinião do serviço prestado.

Maia também destacou que retirou da proposta original do texto encaminhado pelo Executivo a previsão do vínculo de experiência e manteve o estágio probatório, instrumento jurídico de vínculo provisório do servidor antes de alcançar a estabilidade. Maia explicou que, em vez de ser apenas uma avaliação ao final do estágio probatório, os novos entrantes deverão prestar seis avaliações antes de conseguir a estabilidade.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Orçamento de 2022 é enviado sem Bolsa Família turbinado

Bernardo Caram e Thiago Resende

Ainda sem solução para a explosão de gastos com precatórios em 2022, o governo apresentou nesta terça-feira (31) o Orçamento do ano que vem com gastos comprimidos e sem atender às demandas do presidente Jair Bolsonaro para o período eleitoral. O texto não prevê aversão turbinada do Bolsa Família e não reforça verbas para obras.

A proposta traz premissas já descoladas da realidade, com parâmetros econômicos defasados. O Ministério da Economia finalizou os cálculos com base em indicadores estimados em julho. No entanto, diante das oscilações do mercado nas últimas semanas, os dados tiveram mudanças significativas, o que distorce as contas.

Para 2022, o governo estabeleceu para a meta fiscal um rombo de R\$ 49,6 bilhões. O valor, menor do que os R\$ 170,5 bilhões previstos em abril, é fruto de uma estimativa de aumento de arrecadação tributária do governo.

Ao contrário do que Guedes vinha dizendo, o governo não será paralisado pela apresentação do Orçamento com o valor total de R\$ 89,1 bilhões para o pagamento de precatórios -dívidas do Executivo reconhecidas pela Justiça e sem possibilidade de recurso.

O ministro havia afirmado que, se o Congresso não aprovasse a medida que parcela débitos judiciais do governo, faltaria dinheiro para o pagamento de salários no serviço público.

No entanto, o texto não aponta para um shutdown - quando serviços públicos são interrompidos por falta de recursos. Na proposta, ficaram intocados os gastos obrigatórios, que incluem salários de servidores e pagamento de aposentadorias.

As despesas totais para o ano foram estimadas em R\$ 1,621 trilhão. Desse montante, 94% correspondem às despesas obrigatórias, o segundo patamar mais alto em 15 anos.

O aperto nos gastos se deu nas chamadas despesas discricionárias, que foram estimadas em R\$ 98,6 bilhões. Ainda assim, mesmo com os gastos totais com precatórios, o recuo nessa conta foi baixo, de

aproximadamente R\$ 500 milhões na comparação com 2021.

A conta de investimentos públicos foi reduzida. Segundo o Ministério da Economia, essa despesa ficará em R\$ 23,8 bilhões em 2022. Na proposta para o Orçamento de 2021, o patamar havia sido de R\$ 28,7 bilhões.

"Em consequência da redução da capacidade de ampliação das despesas discricionárias, é claro que fica reduzida a nossa margem para novos investimentos, mas a proposta buscou preservar o conjunto de investimentos já em andamento", o secretário do Orçamento Federal, Ariosto Culau.

Para o programa Bolsa Família, foi previsto o valor de R\$ 34,7 bilhões, patamar similar ao deste ano e que não contempla reforço na ação social. O número é suficiente para contemplar as mesmas 147 milhões de famílias beneficiadas hoje, sem aumento de público. Também não prevê que a fila de espera para entrada no programa, suspensa desde abril, seja zerada.

O governo já enviou ao Congresso MP (medida provisória) que reestrutura o Bolsa Família, rebatizado de Auxílio Brasil. O programa traz uma série de novas estruturas e a previsão era elevar o valor médio do benefício dos atuais R\$ 190 por família para cerca de R\$ 300.0 novo patamar também não está previsto no Orçamento.

Segundo o Ministério da Economia, a nova estrutura do programa foi encaixada no mesmo Orçamento de 2021. Está previsto que os benefícios básicos do programa consumam R\$ 34,2 bilhões ano que vem.

O Auxílio Brasil também reúne benefício para produção de alimentos (R\$ 187,5 milhões), auxílio-creche (R\$ 137,5 milhões), benefício a quem conseguir emprego (R\$ 85,9 milhões) e bônus por desempenho de jovens no esporte (R\$ 22 milhões) e em competições acadêmicas (R\$ 22 milhões).

O prazo legal para envio do Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) ao Congresso vence nesta terça. Por isso, o governo precisou apresentar o texto sem definições sobre os precatórios.

O projeto não prevê reajuste de salários a **servidores**

públicos. Apesar disso, o secretário especial do Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, afirmou que essa discussão poderá ser feita se houver abertura de espaço nas contas do ano.

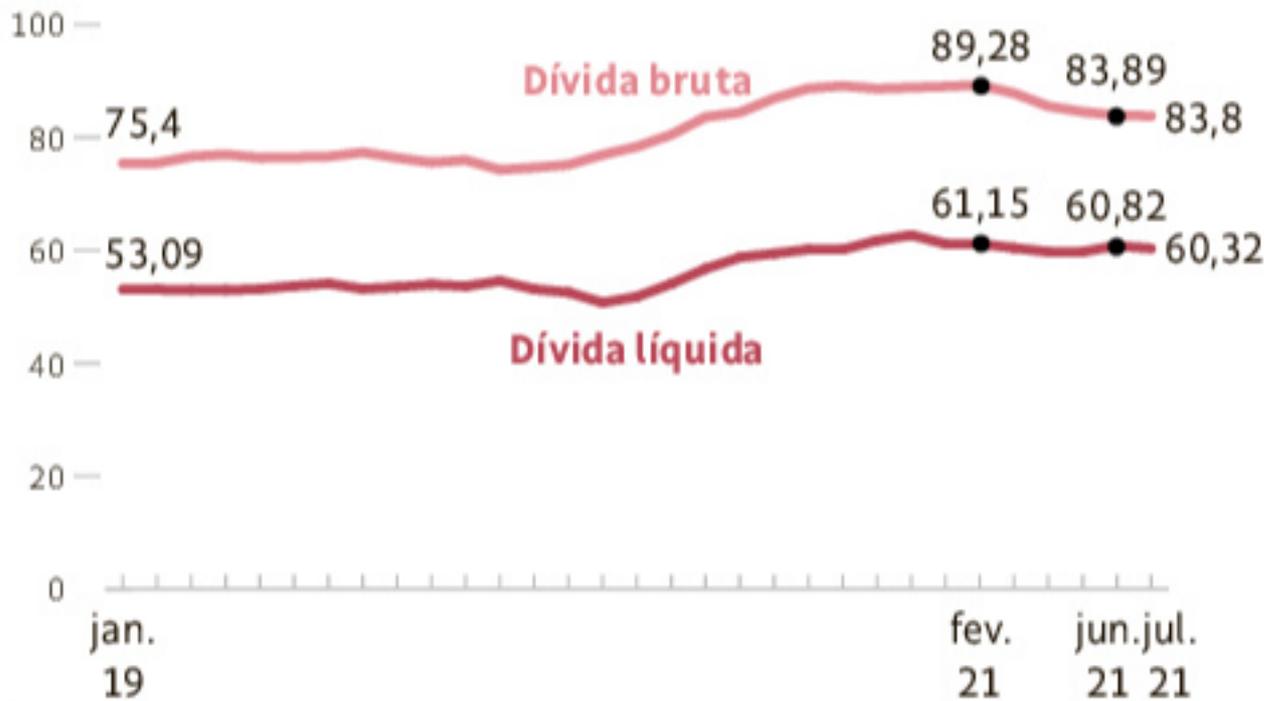
Por outro lado, a medida prevê a contratação de 41,7 mil servidores por concurso público ao longo do ano eleitoral. Além disso, está prevista a abertura de 13,3 mil vagas para cargos e funções comissionadas.

Funchal justificou que há uma demanda represada por contratações já que o governo não fez novos concursos ao longo de três anos de gestão do presidente Jair Bolsonaro. As contratações até o momento foram apenas para repor parte das vagas desocupadas.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Dívida do governo permanece em queda

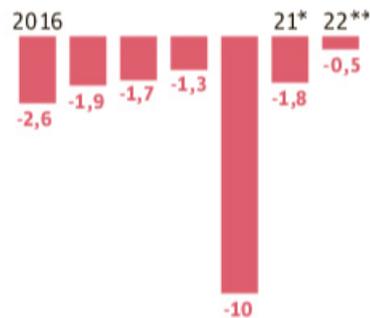
Em % do PIB



Fonte: Banco Central

Déficit primário tem melhora em trajetória

Em % do PIB



R\$ 49,6 bilhões

É a previsão para o rombo fiscal do governo em 2022. Número é melhor do que os R\$ 170,5 bi previstos anteriormente

R\$ 1,958 trilhão

É a previsão de receita total do governo no ano que vem

R\$ 1,646 trilhão

É a estimativa para o gasto total em 2022

R\$ 89,1 bilhões

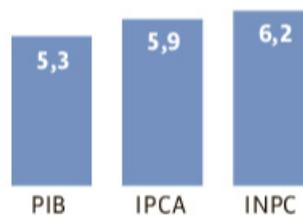
É o gasto incluído no Orçamento de 2022 para o pagamento de precatórios. Em 2021, essa conta é estimada em R\$ 54 bilhões

R\$ 34,7 bilhões

É a despesa prevista para o Bolsa Família, mesmo valor autorizado para 2021

Parâmetros de 2021 usados na elaboração do Orçamento

Em %



*Estimativa mais recente para o ano

**Previsão do Ploa 2022

Fonte: Ministério da Economia

Orçamento eleva pressão por solução para precatórios

Lu Aiko Otta, Mariana Ribeiro e Estevão Taiar De Brasília e São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186995?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186995?page=1§ion=1

Relator mantém estabilidade, mas amplia temporário e preserva juiz

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186995?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186995?page=1§ion=1

Salário mínimo vai a R\$ 1.169

ROSANA HESSEL

O salário mínimo será de R\$ 1.169 a partir de 1º de janeiro, de acordo com o Projeto da Lei Orçamentária Anual (Ploa), encaminhado pelo governo ontem ao Congresso. Pela proposta, o piso terá uma correção de 6,27% sobre o valor atual, de R\$ 1.100. A taxa, no entanto, é inferior às estimativas do mercado para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - utilizado para corrigir o mínimo -, em torno de 8% para dezembro. Logo, é provável que, até o fim do ano, o valor precise ser novamente corrigido.

Além de não contemplar reajuste para os servidores, o projeto não prevê a ampliação do Bolsa Família, prometido pelo presidente Jair Bolsonaro. Isso porque, para respeitar as regras vigentes, os técnicos da equipe econômica colocaram integralmente os R\$ 89,1 bilhões previstos para o pagamento de precatórios - dívidas judiciais transitadas em julgado - no próximo ano. Como se trata de uma despesa obrigatória, e ainda não foi encontrada uma forma de reduzir esse gasto, a projeção de pagamento foi mantida na íntegra. Isso, porém, consumiu totalmente a folga que o governo esperava ter no teto de gastos - emenda constitucional que limita o aumento das despesas à **inflação** do ano anterior.

No caso do salário mínimo, há um problema pela frente. Cada ponto a mais no INPC, índice usado para corrigir o piso, reduz em cerca de R\$ 8 bilhões o espaço extra do teto, que estava em R\$ 30,4 bilhões, pelas estimativas do Ministério da Economia. Desse modo, fica ainda mais estreita a margem para os programas que Bolsonaro pretende executar, no ano eleitoral, para recuperar a popularidade.

No Ploa, a previsão para o Bolsa Família ficou em R\$ 34,7 bilhões, sem incluir, portanto, o reajuste de, pelo menos, 50% prometido pelo presidente. Em contrapartida, a proposta projeta um reforço de quase R\$ 4 bilhões para a compra de vacinas.

Para ampliar o Bolsa Família nos moldes pretendidos pelo governo, a previsão orçamentária deveria ser de, no mínimo, R\$ 54 bilhões para essa rubrica, estima o economista João Agostini, da Valor Investimentos.

Paralisia

De acordo com o secretário especial do Tesouro e Orçamento da Economia, Bruno Funchal, o Ploa está "enxuto", mas não há risco de paralisação da máquina

pública. "Vamos trabalhar com despesa discricionária menor e Orçamento mais enxuto, mas não existe risco de shutdown", garantiu Funchal.

O secretário contou que R\$ 105 bilhões em despesas da **Previdência Social** estarão condicionadas à autorização do Congresso para um crédito suplementar a ser gerado via emissão de títulos públicos. O Ploa não incluiu um centavo para as polêmicas emendas do relator-geral, que acabaram criando o orçamento secreto na LOA de 2021. A previsão das emendas individuais dos parlamentares, e as de bancada, somam R\$ 16,2 bilhões.

O governo ainda prevê um déficit primário de R\$ 49,6 bilhões nas contas federais no próximo ano, abaixo da meta fiscal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que permite um rombo de até R\$ 170,5 bilhões (1,92% do **PIB**). Para Funchal, a mudança mostra impactos positivos, da evolução da receita tributária.

Analistas, porém, consideram o Orçamento de 2022 uma peça de ficção, que tem receitas superestimadas e despesas subestimadas. "O governo encaminhou uma proposta descasada em relação aos seus objetivos sociais e políticos. Com o agravamento da situação econômica, os parâmetros da proposta já estão defasados em relação às previsões do mercado", comentou o especialista em contas públicas Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas.

"O Ploa nasceu defasado. O mais importante ficou para depois: como serão equacionados os novos gastos e as despesas com precatórios, sem ferir o teto de gastos. Ao segurar a **inflação** de 2021, este foi o efeito: postergar o debate mais importante. A ver", avaliou o especialista em contas públicas Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal. (Colaborou Fernanda Fernandes)

Cumprindo tabela

Proposta orçamentária para 2022 encaminhada ao Congresso pela equipe econômica inclui na íntegra a previsão de despesas com precatórios e usa parâmetros defasados

R\$ 89,1 bilhões

Despesas previstas com o pagamento de precatórios, que o governo quer renegociar

41.700

Estimativa para vagas abertas para concursos públicos em 2022

R\$ 1.169

Valor do salário mínimo a partir de janeiro. O governo usou índice correção de 6,27%, abaixo das projeções atuais para o INPC de 2021, em torno de 8%

81,2% do PIB

Previsão do governo para a dívida pública bruta no ano que vem

SALÁRIO DOS SERVIDORES

A Ploa não prevê reajuste dos salários do funcionalismo em 2022

R\$ 1,610 trilhão

Limite do teto de gastos em 2022, após correção pelo IPCA em 12 meses até junho, de 8,35%

PRINCIPAIS DADOS DAS CONTAS PÚBLICAS

Descrição	Valor (Em R\$ bilhões)	Em % do PIB
Receita líquida	1.596,9	17,0
Despesas totais	1.646,5	17,5
Despesas discricionárias	98,6	1,0
Res. Primário Gov. Central	-49,6	0,5
Resultado do Tesouro e do Banco Central	233,0	2,5
Resultado da Previdência Social	-282,5	3,0
Meta fiscal prevista na LDO	-170,5	1,8

PARÂMETROS DESATUALIZADOS

	2021	LOA 2021*	2022 LDO	2022 PLOA
PIB real (%)	3,20	5,30	2,50	2,51
PIB Nominal (R\$ bilhões)	7.811,4	8.636,3	8.886,4	9.397,4
IPCA acum. (%)	3,23	5,90	3,50	3,50
INPC acum. (%)	3,20	6,20	3,50	3,42
Taxa Selic acum. (%)	2,05	3,76	4,74	6,63
Taxa de câmbio Média (R\$ / US\$)	5,30	5,20	5,15	5,15
Preço médio do petróleo (US\$/barril)	42,31	69,81	60,95	70,03
Massa Salarial Nominal (%)	5,01	2,68	8,77	8,94

Fonte: PLOA 2022/Ministério da Economia

Agências do INSS passam a ter supervisão de atendimento presencial

Publicado em 01/09/2021 - 06:30
Agência Brasil - Brasília

Por

A partir de hoje (1º) as agências do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) passam a contar com uma supervisão periódica do retorno ao atendimento presencial.

A portaria que prevê a implementação do serviço Supervisão das APS - Retorno Gradual e Seguro foi publicada em 13 de agosto, mas só começa a valer a partir desta quarta -feira (1º).

O primeiro ciclo de supervisão deve acontecer entre os dias 1º e 31 de outubro. As ações serão bimestrais, com duração de 30 dias cada. Enquanto houver a pandemia, funcionários do **INSS** vão atuar, durante o horário de atendimento ao cidadão, verificando os fluxos e procedimentos realizados pelos servidores e segurados.

No início da pandemia, em março do ano passado, todos os serviços do **INSS** que eram realizados presencialmente foram suspensos. A medida foi tomada levando em consideração também os fatores de risco do público atendido, em geral pessoas idosas ou portadoras de alguma doença.

Desde então, alguns serviços presenciais vêm sendo retomados gradualmente, embora seja necessário sempre fazer o agendamento prévio, que pode ser feito pela central telefônica 135. Quem não conseguir agendar pelo telefone, pode fazê-lo na agência da **Previdência Social** mais próxima.

Em julho, por exemplo, foram incluídos mais 12 serviços no rol de atendimento especial presencial, mediante agendamento prévio. São eles:

Outros serviços que já se encontravam disponíveis para agendamento do atendimento presencial são:

O próprio **INSS** incentiva, contudo, que os cidadãos busquem os canais online de atendimento, por meio da plataforma Meu **INSS** - acessível pelo browser de internet ou por aplicativo de celular -, onde alguns desses serviços também podem ser encontrados.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Agências do **INSS** passam a ter supervisão de atendimento presencial

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-09/agencias-do-inss-passam-ter-supervisao-de-atendimento-presencial>

Os bons resultados da arrecadação (Editorial)

Excepcionalmente bons, e poderiam ter sido melhores, se não tivesse havido compensações extraordinárias.

Os números exuberantes da arrecadação tributária federal em julho justificam essa avaliação. A receita com **impostos** e contribuições alcançou R\$ 171,270 bilhões, o mais alto para o mês desde o início da série histórica da Secretaria da **Receita Federal**, em 1995.

O valor representa aumento real (descontada a **inflação**) de 35,7% sobre o resultado de um ano antes e de 23,67% sobre o de junho. Nos sete primeiros meses do ano, a arrecadação alcançou R\$ 1.053,27 bilhões, com aumento de 26,11% sobre a de igual período de 2020. É o melhor resultado acumulado de janeiro a julho desde 2000; desempenho semelhante foi observado em fevereiro, março, abril e maio deste ano.

O secretário da **Receita Federal**, José Barroso Tostes Neto, observou que o resultado seria melhor se não tivesse havido aumento de 44,8% das compensações tributárias nos primeiros sete meses do ano. As compensações - na maior parte devidas a decisões judiciais, como a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins - somaram R\$ 119 bilhões no ano e R\$ 26 bilhões em julho.

Tostes resume assim o desempenho da arrecadação: "Dos sete meses de 2021, cinco são recordes de arrecadação, dois são os segundos melhores.

Pode-se argumentar que a base de 2020 está impactada por fatores não recorrentes do período da pandemia, mas estamos comparando com todos os anos anteriores".

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, atribui esse desempenho à evolução positiva de indicadores macroeconômicos.

As empresas, por exemplo, vêm obtendo bons resultados. É o que explica o fato de o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido serem os principais responsáveis pelo aumento da arrecadação no ano. Também a arrecadação previdenciária cresce, consequência do aumento do emprego formal detectado pelo Caged.

Embora reconheça que parte da alta se deve à **inflação**, o ministro da Economia, Paulo Guedes,

afirma que "há inequívoco vigoroso crescimento econômico". Empresas com dificuldade para retomar sua atividade normal e dezenas de milhões de pessoas desocupadas, subutilizadas ou desalentadas gostariam de acreditar nisso.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo perde apoio no Congresso - BRASÍLIA - DF



DENISE ROTHENBURG

O presidente da Câmara, Arthur Lira, está empenhado em deixar claro que fez tudo o que o governo lhe pediu em termos de reformas estruturais. Daí, o anúncio da reforma administrativa para votação ainda este mês e todas as tentativas de acordo em torno da **reforma tributária**. Porém os gestos do presidente da Casa têm sido insuficientes para garantir a aprovação de tudo o que o governo deseja. A tendência é de que a tributária nem seja votada. E quanto à administrativa, vai depender da construção nos próximos 15 dias. Para completar, a proposta de Orçamento para 2022 gerou uma série de reclamações por causa do enxugamento das emendas num ano crucial para a classe política.

» » » Nesse clima, ainda que a base não atenda o governo, o presidente da Câmara sempre poderá dizer: "Eu fiz a minha parte". Ou seja, não briga com o governo e respeita o desejo da maioria da Câmara, aliás, seus eleitores para o comando da Casa.

Pressionar para mudar...

Lembra da "chantagem" citada aqui na coluna de domingo? Ou a base vota a autorização para emissão de R\$ 164 bilhões em títulos, ou não haverá dinheiro para emendas? Pois é. Começou. Como o leitor da coluna sabe desde a semana passada, o deputado Hildo Rocha, relator do pedido de autorização para que o governo quebre a regra de ouro, havia restringido o valor a R\$ 28 bilhões.

... e aprovar

Alguns deputados já receberam o aviso de que, se o Congresso não autorizar a quebra da regra de ouro para o valor integral, não haverá recursos para emendas. E para mostrar que não é blefe, veio o enxugamento das emendas do Orçamento do ano eleitoral.

A culpa é do santo

O dia em que o governo anunciou o aumento da conta de luz foi devidamente calculado para que o presidente Jair Bolsonaro estivesse fora de Brasília, entregando uma obra ligada ao abastecimento de água. Assim, cola a solução no seu colo, e o problema, na área técnica. A área técnica, por sua vez, joga a crise na conta de São Pedro.

Sem tostão e sem corrupção

O relatório paralelo da CPI da Covid vai reforçar que o governo não comprou as tais vacinas suspeitas de superfaturamento e cobrança de propina. E ressaltará a demissão daqueles que estão enroscados nos casos de supostas irregularidades na aquisição de imunizantes. Nesse sentido, aliados do governo consideram a missão cumprida, ou seja, tirar o presidente do foco nessa história mal contada das vacinas.

CURTIDAS

Pacheco na área/ Os deputados começam a ver um certo perfume de poder no presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (foto), e ninguém tem mais dúvidas de que ele seguirá para o PSD. Tanto é que virou figurinha carimbada nos convescotes e nas solenidades do partido.

E no discurso/ Esta semana, no ato de inauguração da galeria de líderes do PSD, o senador mineiro foi o primeiro a discursar, com elogios à bancada e, em especial, a Gilberto Kassab. E já tem até apelido inspirado no filme Detetives do prédio azul: é o "bonitão do Salão Azul".

Por falar em PSD.../ Os que passaram por lá para cumprimentar o líder, Nelsinho Trad, foram os ministros da Casa Civil, Ciro Nogueira; e da Economia, Paulo Guedes. Sabe como é, o PSD tem 11 senadores e é crucial para ajudar na aprovação de propostas de interesse do Poder Executivo.

Cadeira cativa/ O ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia continua com gabinete na Casa, apesar de ter se licenciado para ser secretário de projetos estratégicos em São Paulo.

A gasolina, a inflação e a desigualdade social (Editorial)

O brasileiro vem enfrentando neste ano de 2021 sucessivos reajustes no preço do combustível a ponto do problema se tornar mais uma polêmica entre governo federal e estados. De um lado, o presidente Jair Bolsonaro tem atribuído o preço alto da gasolina e outros combustíveis ao imposto cobrado pelos estados, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). De outro lado, governadores se defendem afirmando que a alíquota do ICMS permanece a mesma. Ou seja, o valor do imposto em reais subiu, mas sua participação no preço total pago pelo consumidor continuou igual.

Não é fácil entender a complexidade do reajuste de um produto que representa tão forte impacto na vida do cidadão. Assim como parece não ser fácil encontrar o equilíbrio entre interesses tão distintos envolvidos na composição do preço do combustível: Petrobras, estados, União, distribuidoras, postos, dólar...

O problema é que ao revisar a tributação sem que se tenha feito, de fato, uma **reforma tributária**, fica a ameaça de redução de investimentos em áreas prioritárias. A matemática é uma ciência exata e não tem magia. Toda pessoa que administra as finanças de uma família sabe: se o dinheiro esperado não entra integralmente, é preciso tirar a diferença de alguma despesa.

Para quem mora nas cidades da região de Londrina, a conta ainda está mais salgada. A FOLHA mostrou na edição desta terça-feira (31) que o preço do combustível por aqui é o mais caro do Paraná. Valor acima de R\$ 6,00 foi registrado em Apucarana. Em seguida aparecem Araçongas, Londrina, Cambé, Paranavaí, Cornélio Procópio e Maringá, com preços que variaram entre R\$ 6,14 e R\$ 6,04. Os dados fazem parte de um levantamento feito em 22 municípios entre os dias 22 e 28 de agosto pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

Na outra ponta, com a gasolina mais barata do Paraná,

está Curitiba, com preço médio encontrado de R\$ 5,83 no litro da gasolina, seguida de São José dos Pinhás, Campo Mourão, Ponta Grossa e Colombo, entre R\$ 5,81 e R\$ 5,74.

Em três regiões do Brasil, o preço da gasolina passou os R\$ 7,00 - Norte, Sudeste e Sul. Bagé, no Rio Grande do Sul alcançou o preço do litro mais caro, segundo a ANP: R\$ 7,219.

O aumento no valor dos combustíveis encarece os alimentos, leva o preço dos serviços de transporte por aplicativos na altura e vem sendo o grande vilão quando analisamos a alta da **inflação**. Isso porque ele impacta tudo o que é transportado.

Quem faz as compras para casa percebeu que os preços nas etiquetas vêm subindo a cada semana. É claro que a **inflação** atinge a todos, mas como o Brasil é um país com uma desigualdade social gritante, alguns grupos sentem a disparada dos preços muito mais que outras parcelas da sociedade.

Obrigado por ler a FOLHA!

Site:

<https://folhadelondrinadigital.pressreader.com/folha-de-londrina>

PIB do Brasil e energia mais cara pautam humor do mercado brasileiro

Por Weruska Goeking, Valor Investe - São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/bolsas-e-indices/noticia/2021/09/01/pib-do-brasil-e-energia-mais-cara-pautam-humor-do-mercado-brasileiro.ghtml>

Site: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/bolsas-e-indices/noticia/2021/09/01/pib-do-brasil-e-energia-mais-cara-pautam-humor-do-mercado-brasileiro.ghtml>

Desconto por economia sairá do bolso dos consumidores

Anne Warth, Marlla Sabino

O bônus que o governo criou para quem economizar energia nos próximos meses será pago pelos próprios consumidores, por meio de aumentos diluídos na conta de luz. Engajar cada cliente de forma individual para poupar eletricidade e contribuir com o enfrentamento da crise hídrica de forma conjunta passará também por uma estratégia de convencimento para que as pessoas não se sintam enganadas, dado que o desconto será proporcionalmente pequeno no valor final da conta.

O desconto será de R\$ 0,50 para cada quilowatt-hora (kWh) do volume de energia economizado dentro da meta de 10% a 20%. Quem economizar menos do que 10% não receberá bônus, e quem economizar mais do que 20% não receberá prêmio adicional.

No total, o consumidor pode receber um desconto de até R\$ 50 na conta de luz pela redução de 100 kWh no consumo.

A comparação será feita com base no somatório do consumo ao longo de quatro meses - ou seja, o acumulado entre setembro e dezembro de 2021, na comparação com a soma das mesmas quatro faturas de 2020.

Mas o bônus só será pago, de uma só vez, em janeiro de 2022.

Embora o governo tenha cogitado uma gratificação de R\$ 1 a cada 1 kWh poupado, técnicos consideraram o valor inviável e decidiram por R\$ 0,50 a cada 1 kWh. O programa tem duração prevista até dezembro, mas pode ser prorrogado.

Em média, uma família brasileira consome 163 quilowattshora mensais, o equivalente a R\$ 139,26, com **impostos**. Se conseguir economizar 20%, por exemplo, essa mesma família pagará uma conta 36% menor, com o bônus de R\$ 0,50: além dos 130,4 kWh, ela receberá um bônus sobre os 32,6 kWh economizados e pagará R\$ 88,43. Se esse prêmio fosse de R\$ 1, cenário que foi descartado, a conta ficaria em R\$ 65,45, ou 47% menor.

Para ter uma comparação, a tarifa média paga pelos consumidores residenciais hoje está em R\$ 607,60 por

MWh - ou seja, R\$ 0,60 a cada 1 kWh, e o bônus, portanto, não pode ser maior do que esse valor para que o custo da energia seja efetivamente pago. O problema é que a geração de energia adicional é muito mais cara do que essa média. A termoelétrica William Arjona, em Mato Grosso do Sul, tem custo de R\$ 2 mil por MWh, ou R\$ 2 a cada 1 kWh.

'Injustiça'. Para o ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Edvaldo Santana, o consumidor pode se sentir injustiçado com esse sistema.

Em 2001, a energia que foi economizada pelo consumidor pôde ser vendida, por meio de comercializadoras, ou liquidada no mercado de curto prazo, a preços elevados, explicou.

"Em geral, o racionamento de energia por prêmio costuma ser eficaz. O problema é enganar o consumidor e fazer com que ele pague para si mesmo, e devolver só uma parte. Quem deveria pagar é o gerador que está sem energia, caso das hidrelétricas, ou seja, quem está vendido no mercado", afirmou Santana.

Para ele, porém, para que o programa efetivamente seja bem-sucedido, ele já deveria ter sido anunciado, com regras amplamente divulgadas e explicadas para a população.

O programa de redução voluntária para os consumidores residenciais se junta a outras medidas. Para as indústrias, o governo lançou um programa para incentivar o deslocamento voluntário da produção para fora do horário de pico. O objetivo é evitar uma sobrecarga do sistema, o que poderia levar a apagões pontuais.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Nike dá semana de folga para 'priorizar saúde mental'

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

BrasilAgro pagará dividendo recorde

Rikardy Tooge

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186995?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186995?page=1§ion=1

Precatórios na berlinda

AUGUSTO FERNANDES

A primeira reunião entre Legislativo e Judiciário para debater uma solução para os precatórios ficou marcada pelos pedidos feitos pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para que haja algum tipo de parcelamento no pagamento das dívidas do governo federal reconhecidas pela Justiça. De acordo com os parlamentares, o país não pode paralisar todo o recurso discricionário do Orçamento para 2022 com o pagamento à vista dessa despesa.

Lira e Pacheco conversaram com o ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), instituição responsável por fazer o reconhecimento dos precatórios. Para o ano que vem, estima-se que o Executivo tenha um passivo de cerca de R\$ 90 bilhões. De acordo com Lira, um parcelamento é inevitável. Caso isso não aconteça, ele alertou que o governo corre o risco de desrespeitar a regra do teto de gastos, que limita o crescimento da despesa pública à inflação do ano anterior, para garantir os recursos suficientes a todas as áreas do Executivo.

Sobretaxa cobrada na conta de luz sobe 49,6%



Fernanda Strickland

A conta de luz dos brasileiros ficará bem mais cara neste mês. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) criou ontem nova taxa extra nas faturas de energia elétrica, no valor de R\$ 14,20 para cada 100 kWh consumidores. O valor, que será cobrado a partir de hoje, 1º de setembro, é 49,6% maior que o de R\$ 9,49 da bandeira vermelha patamar 2 que estava em vigor. Com isso, em média, as faturas ficarão 6,78% mais caras, segundo a agência. A vigência da nova tarifa vai até abril de 2022. Além disso, o governo anunciou um programa para estimular os consumidores a reduzir o consumo.

Segundo a Aneel, o aumento é necessário, uma vez que o país está passando pela pior seca dos últimos 91 anos, o que exigiu que o sistema de geração de energia tivesse ajuda de usinas termelétricas, cujo custo de operação é bem mais alto. O Brasil também está importando energia de países vizinhos, em dólar.

"Tendo em vista o déficit de arrecadação já existente, superior a R\$ 5 bilhões, e os altos custos verificados, destacadamente de geração termelétrica, foi aprovada determinação para que a Aneel implemente o patamar específico da bandeira tarifária, intitulado "Escassez Hídrica", no valor de R\$ 14,20 / kWh", anunciou André Pepitone, diretor-geral da Aneel.

O novo reajuste da conta de luz dará um choque no orçamento das famílias, que já está impactado pela **inflação** em disparada de produtos como alimentos e combustíveis. Os consumidores estão tendo de cortar produtos básicos para bancar a fatura da energia. Muitos, no entanto, estão caindo na inadimplência.

De acordo com a Aneel, somente os cidadãos de baixa renda beneficiados pela tarifa social não serão afetados pelas novas regras da nova bandeira tarifária, sendo mantido o valor atual.

Para Eduardo Faria, especialista em regulação energética da Mercurio Trading, a bandeira Escassez Hídrica sinaliza para o consumidor a gravidade da falta d'água e o alto custo da energia neste cenário de estiagem. "É um aumento na conta necessário para custear os despachos termelétricos adicionais. Além disso, a bandeira extra serve para reforçar aos consumidores a necessidade de redução do consumo", afirmou.

Conforme a Aneel, todos os consumidores de mercados cativos das distribuidoras serão faturados pela bandeira Escassez Hídrica. As poucas exceções serão para consumidores finais atendidos nos sistemas isolados, mesmo que a distribuidora faça parte do sistema do Sistema Integrado Nacional (SIN), como, por exemplo, no estado de Roraima.

Os inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), que somam cerca de 12 milhões de consumidores, também não pagarão a nova tarifa.

Na noite de ontem, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, fez um pronunciamento em cadeia de TV para explicar as novas medidas. Segundo ele, a escassez de água é "preocupante", e o país vive uma "conjuntura desafiadora". Segundo o ministro, a crise hídrica se agravou recentemente, implicando numa perda de carga no sistema elétrico equivalente ao necessário para suprir o consumo de uma cidade como o Rio de Janeiro por cinco meses.

R\$ 5 bilhões Deficit de arrecadação estimado pela Aneel com uso das termelétricas

Bônus para economizar

Para evitar que, mesmo mais caro, o fornecimento de energia possa ser interrompido por apagões, cujo risco é cada vez maior, o governo anunciou um programa para estimular a população a economizar energia. O programa, aprovado pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), órgão criado pelo governo neste ano, foi instituído por

resolução publicada em edição extra do Diário Oficial da União.

Haverá concessão de bônus, nas contas de luz, no valor de R\$ 50 para cada 100 kWh economizados em volume entre 10% a 20% entre setembro e dezembro de 2021. O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição.

De acordo com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, uma redução de 12% no consumo residencial geraria uma economia de energia suficiente para abastecer 8,6 milhões de domicílios.

A Aneel deverá apurar o resultado do programa no quadrimestre até dezembro e apresentar ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, bem como propor eventuais ajustes de parâmetros que entender pertinentes em caso de aprovação para um novo estágio do programa. A resolução já prevê uma extensão, caso necessário, limitada a abril de 2022.

Eduardo Faria, especialista em regulação energética da Mercurio Trading, declara que qualquer programa que envolva uma redução da demanda sem afetar significativamente a economia é positivo. "Se o consumidor conseguir economizar dentro de casa ou no seu negócio, apenas com uso racional da energia sem desperdícios, isso vai impactar positivamente o sistema", declarou.

A Aneel indica que é importante tomar cuidado com o uso de chuveiro elétrico, ferro de passar roupa e ar condicionado. Para os banhos é necessário evitar demora, se possível, fechar a torneira enquanto se ensaboa. Sempre que possível, ajustar a temperatura para a posição "verão", pois, na posição "inverno", o consumo é 30% maior. Não aproveitar resistências queimadas pode auxiliar na economia, já que ela provoca um aumento no consumo, além de arriscar a segurança do consumidor. (FS)

Pandemia: empobrecendo os mais pobres e enriquecendo os mais ricos (Artigo)

VALDIR OLIVEIRA

A concentração de renda é um dos legados que o coronavírus está deixando para o Brasil. A exclusão produtiva dos pequenos empreendedores e a ausência de alcance dos microempresários às políticas sociais compensatórias estão empobrecendo os mais pobres e enriquecendo os mais ricos. Nesta pandemia, o Estado não conseguiu combater o vírus, tampouco proteger economicamente os mais necessitados com suas políticas públicas. Não existe fake news ou qualquer manobra política que possa segurar o grito de quem sofre a perda de entes queridos ou o sofrimento da fome, fruto da exclusão social. Gestores públicos, muitas vezes, são insensíveis a cadáveres, ao desemprego e à fome, que resultaram de uma tragédia e de falhas de vários deles na gestão da crise. Só resolverá a dor do cidadão quem sentir na pele essa dor. O Correio Braziliense publicou, recentemente, um estudo que mostra o crescimento do empobrecimento da população de quase todos os estados brasileiros. A inflação, o desemprego, o descontrole das contas públicas e o desequilíbrio no ambiente político formam a tempestade perfeita no momento da pandemia. O Brasil se sente um barco à deriva no meio de uma tempestade perfeita. Só um bom timoneiro - e não um salvador da pátria - poderá nos salvar de uma tragédia histórica e de proporções desastrosas para os brasileiros.

O período que antecedeu ao Plano Real foi marcado por hiperinflação e descontrole das contas públicas. Não foram poucos os planos econômicos colocados em prática para combater o grande mal vivido pela sociedade brasileira desde a nova República: a inflação. Esses planos eram recheados de populismo, mas ineficazes em suas ações. O Plano Real conseguiu combater esse grande flagelo que nos afetava sem esquecer de um rigoroso ajuste fiscal, não permitindo que a política desarmonizasse a integração entre a intervenção estatal para geração de renda, o combate à inflação e o equilíbrio das contas públicas. O ambiente político com uma democracia fortalecida proporcionou o surgimento de um Brasil maduro na busca pelo desenvolvimento e pela inclusão de brasileiros desassistidos pela má distribuição de renda.

A pandemia nos fez voltar ao período anterior ao Plano Real. Os indicadores inflacionários com o

descontrole das contas públicas trouxeram o empobrecimento de brasileiros e a consequente concentração de renda. A necessidade do isolamento social obrigou a suspensão da operação comercial dos pequenos negócios, predominantemente de perfil presencial, enquanto grandes redes e negócios permaneciam abertos. Esse movimento direcionou o consumo para as grandes corporações, destruindo a renda dos pequenos negócios.

A alternativa de socorro aos pequenos negócios foi por meio do crédito bancário. Se, em épocas de paz, eles não tinham acesso aos bancos, não seria em épocas de crise que esses alcançariam os pequenos negócios que estavam com as restrições impeditivas de acesso ao sistema financeiro. Os bilhões de reais despejados no mercado atenderam aqueles que estavam compondo as carteiras dos bancos, que esterilizaram seus riscos, fazendo com que os recursos subsidiados e garantidos pelo Tesouro reforçassem os que mantinham suas operações. Enquanto isso, os pequenos negócios fechados caminhavam, cada vez mais, para a margem da formalidade, um retrocesso no nosso empreendedorismo. Os empregos foram se deteriorando junto com os pequenos negócios. Já entramos na pandemia com um alto nível de desemprego, fruto da crise que vivíamos desde 2014. Os pequenos negócios eram os responsáveis por mais da metade dos empregos formais e respondiam por cerca de um quarto do **PIB**. São eles os grandes responsáveis pela distribuição de renda, por serem ainda, em sua maioria, intensivos em mão de obra. O auxílio emergencial prestou o socorro inicial, mas, como era esperado, não se tornou uma solução definitiva. Sem a retomada da vida dos pequenos negócios, a renda não voltou na forma de emprego e o caos social se aproximou da realidade das famílias brasileiras mais pobres. O Brasil precisa combater o empobrecimento dos brasileiros, e os mais ricos precisam compreender que, sem a distribuição de renda, o povo sairá do grito para a violência pela sobrevivência. A insatisfação será o combustível de uma ruptura do tecido social, não originada pelos quartéis, mas pela própria sociedade que está sofrendo com as ameaças à sua sobrevivência. Nada vai parar o cidadão com fome. A solução só terá início com o equilíbrio no ambiente político. Com uma democracia consolidada, poderemos construir uma política pública em que o Estado precisará garantir a sobrevivência dos mais necessitados, sem esquecer o

subsídio para os pequenos negócios. Além disso, precisamos da inclusão produtiva dos massacrados pela crise, mas com um plano de recuperação fiscal que traga de volta a confiança no país. A luta do Brasil de hoje precisa ser para interromper o processo de empobrecimento da população. Precisamos de um Estado que possa impedir que os mais pobres fiquem cada vez mais empobrecidos. E os mais ricos devem compreender que é hora de eles contribuírem para a distribuição de renda, porque, só assim voltaremos, ao caminho do desenvolvimento do Brasil.

Ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal

Inflação e fiscal - ANTONIO DELFIM NETTO

ANTONIO DELFIM NETTO

A inflação continua a preocupar e a causar estrago no consumo e na renda das famílias, principalmente das mais pobres. Atingiu elevados 9% nos 12 meses terminados em julho, acima da meta de 3,75% para 2021.

Ainda que sobre a base deprimida do ano passado, o que tem impacto relevante (como mostrou análise recente do BIS), alguns fatores explicam a dinâmica da inflação global desde meados de 2020. Um deles é o comportamento dos preços internacionais das commodities, impulsionado pela forte demanda internacional, notadamente da China.

A "reflação" global e a recuperação da atividade deram-se em ritmo surpreendente. Esperava-se que o corte de demanda produzisse queda generalizada dos preços na pandemia, mas o que se viu foi a canalização de boa parte da demanda de serviços para bens, sem que houvesse ajuste na oferta. Setores não foram capazes de antecipar a demanda (e sua intensidade) e houve uma completa ruptura dos processos produtivos, com falta de insumos em geral, além do caos logístico, com filas de embarque e elevação monumental no preço de fretes e containers.

Trata-se, portanto, de um fenômeno de natureza global, cuja intensidade difere entre países por razões idiossincráticas. No Brasil, a elevação do preço da energia é reforçada pela maior seca dos últimos 91 anos. A extraordinária desvalorização cambial, pela turva perspectiva fiscal e política, impede que o câmbio amortecia parte da pressão vinda das commodities.

É sempre tentador culpar o Banco Central pela dinâmica inflacionária. Dado o contexto atual, os sucessivos choques sofridos e o ineditismo da situação como um todo, não parece ter havido erro crasso na condução da política monetária a partir das informações disponíveis no momento de tomada das decisões, a não ser, talvez, para aqueles que o avaliam quando o futuro já virou passado...

O padrão da inflação brasileira hoje é parecido com o de seus pares, ainda que em nível inegavelmente mais elevado. É preciso lembrar, também, que o Brasil costuma ter, com certa frequência, inflação mais alta

que esses países. Uma das pistas para entender a razão está onde sempre esteve: em nosso desfavorável perfil fiscal (o que não será resolvido com a redução agressiva das metas de inflação...).

O BC, agora com autonomia "de jure", tem todos os instrumentos para conter a disseminação do processo inflacionário e a contaminação das expectativas para os próximos anos. O que precisamos, de maneira coadjuvante, é compreender que a perspectiva de solvência fiscal é fundamental. E, para isso, os ruídos e as tentações de romper com o equilíbrio fiscal precisam cessar.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>
55

Presidente propõe fundo eleitoral para 2022 de R\$2,1 bilhões

Thiago Resende Bernardo Caram

O presidente Jair Bolsonaro propôs que o fundo eleitoral receba R\$ 2,1 bilhões em 2022, após ter vetado projeto aprovado no Congresso que permitiria em torno de R\$ 5,7 bilhões para o financiamento das campanhas.

Aliados do presidente, porém, negociam um valor intermediário, entre R\$ 4 bilhões e R\$ 4,5 bilhões - patamar bem acima do que foi usado no pleito de 2018 e 2020, ambos na faixa de R\$ 2 bilhões.

A área econômica do governo defende o patamar de R\$ 2,1 bilhões, como previsto no projeto de Orçamento de 2022 apresentado nesta terça-feira (31) pelo Ministério da Economia.

No entanto, essa é apenas mais uma fase das tratativas sobre o tamanho do fundo de financiamento das campanhas. O Congresso tem o poder de remanejar o dinheiro na proposta de Orçamento e, com isso, destinar mais recursos para o caixa dos partidos no ano eleitoral.

O uso de dinheiro público para financiar campanhas eleitorais opõe grupos de sustentação de Bolsonaro. Para a base ideológica, ele precisa sinalizar contra o fundo. Ao centrão, coalizão de partidos que passou a integrar a base do governo após a liberação de cargos e emendas, o presidente precisa garantir recursos para a eleição.

O valor de R\$ 2,1 bilhões proposto no Orçamento de 2022 apenas corrige o tamanho do fundo de anos anteriores pela **inflação**, como queria a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia).

O número, porém, contraria as expectativas do Congresso. Líderes partidários querem insistir no valor de R\$ 5,7 bilhões ou de, pelo menos, R\$ 4 bilhões.

Bolsonaro chegou a indicar que aceitaria o patamar de R\$ 4 bilhões para o fundo, mas não explicou como iria prever esse valor em 2022. Depois, o Palácio do Planalto mudou de estratégia e decidiu deixar a negociação do tamanho do fundo para o projeto de Orçamento, que começou nesta terça a tramitar no Congresso e só deve ser aprovado em dezembro.

A contradição de Bolsonaro em relação aos recursos para campanha eleitoral se acumula desde 2019, quando ele tinha que decidir sobre o fundo de 2020. No final de 2019, poucas horas depois de sinalizar que vetaria o valor de R\$ 2 bilhões para as eleições municipais de 2020, Bolsonaro recuou e acabou dando aval, argumentando que, do contrário, poderia ser alvo de um processo de impeachment.

O presidente se elegeu com gasto de campanha reduzido em relação a outros candidatos ao Palácio do Planalto. No entanto, líderes do centrão avaliam que a fórmula precisa mudar para a corrida eleitoral de 2022. Mesmo se optar por uma campanha à reeleição enxuta, Bolsonaro ainda tem que lidar com a pressão de aliados políticos que querem garantir mais dinheiro para as eleições .

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

55

Risco de racionamento vai a 10% e deve pressionar mais a inflação, diz Itaú

Douglas Gavras

O risco de um racionamento de energia no país por conta da crise hídrica que afeta o nível dos principais reservatórios das hidrelétricas aumentou de 5% para 10%, segundo projeções da equipe de macroeconomia do Itaú Unibanco.

A crise hídrica, com chuvas abaixo da média desde abril, tem levado o país a um cenário preocupante, o que aumenta os temores de um racionamento, lembra Mario Mesquita, economista-chefe do banco.

Isso fez com que o Itaú aumentasse as projeções para um risco de racionamento e, mesmo que a crise não escale para esse patamar, não é possível descartar que algumas regiões tenham períodos de escassez generalizada.

Nesse cenário de maior pressão sobre o setor elétrico, com nova elevação da tarifa de energia pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), o banco prevê que a **inflação** pelo IPCA (índice de Preços ao Consumidor - Amplo) possa chegar a 8% este ano - ante a previsão atual de 6,9%, já bem acima do teto da meta para 2021, de 5,25%.

O novo valor da bandeira tarifária deve ser anunciado pelo governo nesta terça-feira (31). O aumento servirá para bancar a operação de usinas térmicas, mais caras, e há uma expectativa de que o valor seja elevado ao menos em 50%.

"O IPCA já está elevado e disseminado e com a crise hídrica há um viés de alta para este ano", diz Mesquita. Segundo ele, os preços continuam pressionados ainda por conta de gargalos na indústria. E a **inflação** de serviços deve se manter persistente, com a recuperação paulatina do mercado de trabalho.

A restrição na oferta de componentes na indústria também faz com que os analistas antevejam uma recuperação mais lenta para o **PIB** (Produto Interno Bruto).

Ele também apontou que o impacto da crise de energia no **PIB** vai depender do tamanho do racionamento ou da redução forçada da demanda. Segundo o banco, para cada redução de 1 ponto percentual na demanda é esperada uma perda de 0,2

ponto no **PIB**.

Os economistas lembraram que a maioria dos países latinos vê uma queda no contágio e recuperação da atividade econômica. Todos os países que têm meta de **inflação** estão com o índice acima da meta.

"Neste ano, o lado fiscal é menos expansionista, mas ainda estamos convivendo agora com as consequências da política monetária de juros baixos no começo do ano. Há também uma mola comprimida do setor de serviços e que está sendo descomprimada", completa Mesquita.

Para 2022, a maior parte desses motores não terá o mesmo efeito sobre a atividade econômica, e o crescimento esperado pelo Itaú Unibanco para o **PIB** do ano que vem é de 1,5%.

"O Brasil cresce mais quando os juros aqui estão baixos e o mundo está crescendo. Ano que vem, o lado fiscal vai ser mais contracionista, o mundo vai crescer menos e a normalização dos setores após as medidas de isolamento, em boa medida, já vai ter acontecido."

O Itaú também vê uma recuperação mais firme do emprego formal, a partir dos dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), mas a ocupação que inclui os trabalhadores informais, medida pela Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua ainda distante do patamar de antes da pandemia e do pleno emprego antes da crise de 2015 e 2016.

Nesta terça-feira, o IBGE divulgou que a taxa de desemprego do país pela Pnad Contínua recuou para 14,1% no segundo trimestre deste ano. Apesar de uma redução ante o trimestre anterior, o Brasil ainda tem 14,4 milhões de desempregados.

No cenário externo, a perspectiva de retirada de estímulos do Fed (o banco central norte-americano) tem feito os países emergentes anteciparem a alta de juros.

Já para a China, a equipe do banco lembra que o cenário tende a ser mais desafiador no segundo semestre com novas restrições decorrentes da Covid-19 e vai ser necessário usar mais medidas de restrição

de circulação como estratégia para conter o vírus.

As exportações chinesas devem perder força e também podem impactar nos resultados da economia do país o aumento na regulação das empresas de tecnologia e o aperto de crédito e de regulação.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Dívida pública tem 5ª queda seguida e vai a 83,8% do PIB

Larissa Garcia

A dívida bruta do governo foi a 83,8% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em julho, redução de 0,1 ponto percentual em relação ao mês anterior. Os dados foram divulgados pelo BC (Banco Central) nesta terça-feira (31).

Esta é a quinta queda consecutiva do endividamento do país em relação ao **PIB**. "O percentual é o menor desde junho de 2020", disse o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha.

Segundo ele, apesar de terem crescido as emissões de títulos para financiamento da dívida e da desvalorização cambial, que empurrariam a dívida para cima, o movimento foi compensado pela elevação do **PIB**.

"As emissões líquidas de dívida aumentaram o montante em 0,7 ponto percentual e a desvalorização cambial em 0,1 ponto, mas esses dois fatores foram compensados pelo efeito do aumento do **PIB** nominal que acabou prevalecendo", explicou Rocha.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Ataques do governo desorganizam movimento empresarial que já era frágil



O ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente da Caixa, Pedro Guimarães. Adriano Machado - 12.jun.19/Reuters

Vinícius Torres Freire

O "manifesto" das associações empresariais e da finança ainda pode sair oficialmente, mas alguns dos grandes envolvidos nesse movimento pendem, por ora, para deixar como está para ver como é que fica. Isto é, deixar a fervura baixar, até porque há grande confusão sobre quais rumos tomar e como decidir o que fazer (quem vai decidir?), além de atritos, decepções e troca de acusações meio furiosas entre quem tomou parte mais ativa da organização do "manifesto" ou "nota".

Muita gente que deu início ao movimento diz agora que os "rachas" e o desarranjo são um "caso lamentável" e que lança "ridículo" sobre movimentos empresariais.

Pode ser que a coisa fique para depois ao 7 de Setembro, como transpareceu de uma reunião de banqueiros na noite de segunda (30) e de conversas entre alguns grandes industriais desde o início envolvidos no "manifesto", mesmo antes de a Fiesp de Paulo Skaf entrar no jogo. Pelo menos seis grandes empresários e um banqueiro envolvido sou informados desde o início sobre o assunto nem ao menos sabem em que pé está o "manifesto" ou quem está tomando conta dele -alguns, nem mais querem saber disso.

Na noite de segunda, quando o caldo do "movimento" entornou de vez, houve uma reunião entre os presidentes dos maiores bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa, com alguns dos presidentes dos maiores bancos privados, Bradesco e Itaú entre eles, e o comando da Febraban.

De acordo com um participante do encontro e um informante muito bem situado, ex-grande-banqueiro,

Fausto Ribeiro, do BB, propôs em termos muito diplomáticos que a Febraban de fato não deveria assinar o "manifesto" (no fim da semana passada, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, dizendo ter apoio de Paulo Guedes, insinuara para banqueiros privados que se opor ao governo "não seria muito bom para os bancos privados").

Ao final da reunião de segunda, os banqueiros privados não disseram sim ou não à "bandeira branca" de Ribeiro, do BB. O assunto será mastigado e digerido pelos próximos dias, pelo menos até sexta (3).

Desde o fim da semana passada, ouvia-se e lia-se por aí que: 1) o "empresariado" se organizava em uma ampla coalizão; 2) o "mercado" estava "desembarcando" do governo.

O desarranjo rápido dessa de fato rara comunhão da elite econômica em torno de um tema político serviu para mostrar que se trata de ficções e equívocos ingênuos sobre o envolvimento de comandantes de empresas na política e sobre o funcionamento de mercados financeiros. Dois piparotes do mundo político real bastaram para desarranjar a coisa toda.

Um peteleco veio da conversa arranjada entre Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, e Paulo Skaf, político e líder sindical minoritário fantasiado de empresário (o "manifesto" foi adiado). Outro, do político -financista bolsonarista que comanda a Caixa, Pedro Guimarães. Foi ele que tocou a ameaça de saída de BB e CEF da Febraban e levou para Guedes a "informação" deque versões iniciais da "nota" ou "manifesto" atacavam Bolsonaro.

O "ataque" era escrever que "esse cenário mais hostil tem potencial para gerar graves impactos na nossa economia" e pedir que "cada ator político" agisse com "racionalidade", o que, para o bolsonarismo, pode ser mesmo um insulto.

Não há coalizão empresarial com movimento amplo organizado, sistemático ou estruturado, muito menos ainda conexão com a política politiqueria de fato. Trata-se de dois mundos que conversam circunstancialmente, a depender do interesse setorial das partes, em momentos específicos (ou por meio de lobby habitual).

A história da organização do "manifesto", que começou lá pelo dia 10 de agosto, e de seu desarranjo mostra como o movimento é ocasional.

O "manifesto" foi uma ideia de dois banqueiros e de grandes industriais próximos, ligados ao ledi. Foi uma consequência do manifesto "Eleições serão Respeitadas", publicado em 5 de agosto, com a assinatura de parte dos grandes banqueiros, de intelectuais e de gente da dita sociedade civil organizada, que rubricaramo documento como "pessoas físicas" (aliás, quase todas amigas e próximas, a julgar pelas assinaturas iniciais).

Feito isso, na semana seguinte esses banqueiros pensaram em ação mais institucional: um documento assinado por associações empresariais. A ideia foi para a Febraban, que passou a reunir interessados.

Na história contada por quem estava no início do movimento, foi então que Skaf entrou no jogo e assumiu as tarefas práticas, para grande irritação ou desconfiança de muita gente graúda envolvida, de quem o presidente da Fiesp é desafeto, para dizê-lo de modo muito ameno.

Skaf é tido no mínimo como um oportunista que usa uma associação empresarial (a Fiesp, por 17 anos) para seus interesses pessoais e políticos. Teria asado o "manifesto" ou "nota" a fim de ganhar protagonismo, se situar politicamente e ganhar espaço eleitoral em alguma coalizão eleitoral em 2022.

A entrada de Skaf-Fiesp na história e a tentativa de juntar muitas associações fez o manifesto se tornar ainda mais aguado (o texto sempre foi "pianinho"). No entanto, os organizadores iniciais do movimento não se importaram muito: o principal era dizer que a "sociedade empresarial" e a "sociedade brasileira" não dariam apoio a "qualquer ruptura institucional", que a "elite brasileira pode (sic) se organizar para evitar o autoritarismo", mas não queriam confusão direta com Bolsonaro.

No mais, não existia um comitê, uma organização duradoura qualquer. Depois das conversas, das tantas que correm no WhatsApp ou nos famosos "jantares", deixou-se Skaf botar o bloco na rua, muito por omissão, fastio e falta de interesse em militância.

O sururu nos mercados lá por volta do dia 18 de agosto motivou, por sua vez, a conversa de que "o mercado desembarca" de Bolsonaro. "O mercado" não existe, mesmo que alguns donos ou grandes administradores de dinheiro deem entrevistas dizendo isso e aquilo, até especificamente sobre Bolsonaro, como começo u a o correr em sema na s mais

recentes.

Quando chegam a esse ponto, de falar publicamente sobre um presidente, ainda mais se tratando de ex-adeptos do governante, quer dizer que o caldo entornou mesmo, que ficar malvisto pelo poder tem menos custo que deixar a baderna continuar. Mas os movimentos do dinheiro, em si, não têm nada a ver diretamente com essas conversas.

Por volta do dia 18, havia certo salseiro nos mercados financeiros e de commodities do mundo, derivados de paniquitos e rumores sobre as economias de EUA e China, como de costume. Dadas certas características do mercado brasileiro, do grande endividamento público, do rumor político deque Bolsonaro poderia aumentar a dívida para ganhar a eleição e, enfim, da incerteza selvagem que causa este governo, os solavancos nos preços aqui foram maiores.

Mas o paniquito passou, embora tenham ficado sequelas nas taxas de juros-a depender das idas e vindas da finança mundial e do grau de tolice do governo, pode melhorar um tanto ou piorar.

O temor de aumento sem controle da dívida (o "fura-teto", gastos com o novo Bolsa Família e outras medidas também eleitoreiras), a **inflação** ainda em alta e o crescimento em baixa de 2022 parecem ser os fatores principais de taxas de juros longas mais altas, Bolsa meio estagnada e dólar acima dos R\$ 5, dando pulos fáceis até R\$ 5,50.

Essa variação daninha de preços financeiros, porém, não é resultado de uma convenção dos financistas e donos de dinheiro em geral, é até ridículo ter de dizê-lo, nem mesmo é unânime. Quer dizer apenas que tem mais gente vendendo (reais, ações na Bolsa, títulos da dívida do governo) do que comprando -se tivesse só gente vendendo, aliás, veríamos o colapso imediato. Na semana seguinte ao "desembarque" (do paniquito em Bolsa e juros), havia corretora de bancão dizendo que a Bolsa tinha ficado "barata" (para aplicações de curto prazo).

Parte desse descrédito do Brasil e seus ativos financeiros é provocada pelo governo de Jair Bolsonaro? Sim. Tem a ve r com a promessa de Bolsonaro de dar um golpe ou com a eleição de 2022? Não necessariamente, pelo menos não agora. Tem a ver com a administração incompetente, a propensão à demagogia econômica, ao risco do "fura-teto", com a incompetência em propor e fazer tramitar até as "reformas" (liberais)? Sim.

Um "manifesto" contra os arreganhos autoritários de Bolsonaro vai mudar a administração da economia (ou seus signatários principais estavam pensando nisso)?

Não (quer dizer, é muito improvável que mude).

Há óbvia e contínua pressão político-ideológica para dominar o debate econômico, em particular, postos de governo, a conformação da burocracia do Estado e de suas agências? Sim. Tais ações se dão por meio de um comitê, ou coisa que o valha, um quase partido? Não. Trata-se, digamos, de um grande partido informal, de ação fragmentada, dispersa e eficaz por outros meios (chamava-se antigamente de "dominação").

Muita gente de fato ficou furiosa com a reforma do Imposto de Renda de Guedes-Bolsonaro, com a cobrança de dividendos, com o aumento de carga sobre certos setores, com a incompetência espantosa desse projeto-a Febraban ou os bancos inclusive, mas não apenas. Isso pode ter levado gente e associações a apoiar o "manifesto", mas é motivo marginal. Muita gente, os "manifestantes" originais em particular, pretendia dizer apenas que não vai aceitar ataque contra a democracia ou eleições.

Outros pegaram o bonde quando viram grandes associações pilotando o "manifesto", pois muitos estão apenas assustados com o clima de desordem geral do país (entre eles a maioria que, até agora, não se importava com as barbaridades bolsonaristas). Quase todos não queriam entrar em conflito com o governo, até porque temem represálias político- econômicas ou também não querem colocar empada na única candidatura por ora realmente existente de oposição, a de Lula da Silva.

O movimento era uma raridade, de fato: juntava centenas de associações, todas as principais, de setores diferentes, com interesses econômicos e políticos muito diversos, em torno de um documento que serviria para dizer a Jair Bolsonaro e companhia que eles são minoritários no projeto golpista.

Mesmo ameno ao ponto de ser homeopático, mesmo distribuindo entre "os Poderes" responsabilidade pela confusão, mesmo que Bolsonaro fosse o sujeito oculto, era esse o denominador comum do "movimento", que pode ter vários motivos, a depender do interesse circunstancial do signatário. Mas não é "coalizão", muito menos frente política, e tem precários contatos com o mundo político de fato.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Limitar precatórios não passa de "contabilidade criativa" (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Precariedade e salários baixos reduzem desemprego no 2^o tri

Ana Conceição e Lucianne Carneiro De São Paulo e do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186995?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186995?page=1§ion=1

Governo se mobiliza contra um manifesto de conciliação (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186995?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186995?page=1§ion=1